

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.547 - DF (2015/0029643-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS - DF005939
DAMARES MEDINA COELHO - DF014489
ADVOGADOS : ANDRÉA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS E
OUTRO(S) - DF018136
RODRIGO DA SILVA CASTRO E OUTRO(S) - DF022829
ADVOGADOS : RACHEL SILVEIRA DOVERA - DF027277
MAURO DE AZEVEDO MENEZES - DF019241
AGRAVADO : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 284 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, cabe à parte agravante, na petição do seu agravo interno, impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, na hipótese dos autos, não foi atendido.
2. O recorrente se limitou a apontar o tema que teria sido omitido, sem demonstrar como, no recurso especial, teria sido fundamentada a imprescindibilidade de apreciação da matéria pelo Tribunal de origem.
3. Quanto ao mérito, o agravante se restringiu a afirmar que "foram apontadas as violações hábeis a amparar a pretensão sindical" (e-STJ, fl. 443), sem demonstração alguma de como as mencionadas violações teriam sido comprovadas, a fim de afastar a aplicação da Súmula 284/STF.
4. A ausência de combate específico às conclusões da decisão agravada impossibilita o conhecimento do agravo interno, seja em virtude do disposto no art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, seja pela incidência do enunciado da Súmula 182/STJ. Precedentes.
5. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

